

são indiscutivelmente encaminhados ao IPHAN para análise. Vale salientar que as permissões de pesquisa ficam sempre atreladas ao encaminhamento dos Relatórios de Projetos anteriores

e assim sucessivamente. Sem tais comprovações o arqueólogo definitivamente não pode

Atualmente não se concebe mais a pesquisa arqueológica sem que haja a garantia de uma ampla divulgação dos resultados e inclusão de uma educação específica para a concepção e

valorização em nível local, regional e nacional dos contextos arqueológicos no Brasil.

pesquisar em solo brasileiro.

Escrito por Cristiana de Cerqueira Silva Santana Qua, 17 de Abril de 2013 00:00

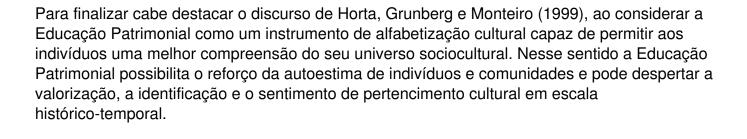
As pesquisas em arqueologia sejam estas oriundas de licenciamentos ambientais ou de estudos acadêmicos, normalmente se iniciam a partir do contato com as comunidades próximas aos sítios arqueológicos e não raro as comunidades participam das atividades de campo. Essa aproximação sempre se deu, mas, no passado se direcionava a um encontro unilateral em que o arqueólogo basicamente coletava das comunidades, normalmente rurais, as informações acerca da ocorrência dos sítios arqueológicos.

Nas últimas décadas as atividades de sensibilização junto às comunidades tem se constituído de palestras com exposições itinerantes. No entanto, sejam quais forem as formas de aproximação nas fases iniciais das pesquisas essas abordagens promovem o contato e interação dos pesquisadores com a comunidade e vice-versa gerando fluxo bidirecional de informações. Não raro novos sítios arqueológicos passam a ser conhecidos pelos arqueólogos a partir dessas ações e esses sítios passam a ser ressignificados pelas comunidades envolvidas.

Durante o desenvolvimento das pesquisas de campo as ações comunitárias se direcionam a palestras e oficinas em espaços públicos escolares ou associações sendo recorrentes e seguidas, quando possível, de visitações guiadas aos sítios arqueológicos.

As atividades arqueológicas de campo normalmente finalizam com palestras explicativas acerca dos achados encontrados nas regiões e exposições de amostras desses vestígios, bem como informações acerca de onde irão permanecer sob a guarda de instituições governamentais. Orientações de como proceder para que a comunidade tenha o material de volta para exposições ou guarda definitiva são passadas e atualmente se estimulam a criação de espaços museais em convênios de Universidades com prefeituras.

Escrito por Cristiana de Cerqueira Silva Santana Qua, 17 de Abril de 2013 00:00



Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

Escrito por Cristiana de Cerqueira Silva Santan	a
Qua, 17 de Abril de 2013 00:00	

IPHAN.	Portaria	nº 07.	de 01	de	Dezembro	de	1988
--------	----------	--------	-------	----	-----------------	----	------

IPHAN. Portaria nº 230, de 17 de Dezembro de 2002.

MORAIS José Luiz; MOURÃO, Henrique. Inserção do Direito na esfera do patrimônio arqueológico e histórico cultural. *In:* WERNECK, Mário et al. (coord.). Direito Ambiental visto por nós advogados: Del Rey, 2005. P: 341-393.

PROUS, André. Arqueologia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Brasília, 1992.